

Relações de Gênero no Mundo do Trabalho: um estudo com mulheres feirantes no interior da Bahia

Autoria: Joice de Souza Freitas Silva, Almiralva Ferraz Gomes, Adilson Almeida dos Santos, Weslei Gusmão Piau Santana, Adller Moreira Chaves, Deise Danielle Dias Neves Piau

Resumo

A mulher cada vez mais tem sua atuação, na sociedade atual, determinada muitas vezes pelos próprios ideais e não apenas pela necessidade. Todavia, esta nova realidade ainda a coloca em meio a desafios e conflitos. Desta forma, este trabalho objetivou estudar as relações de gênero vivenciadas por mulheres feirantes em seus contextos profissional e pessoal. A pesquisa é do tipo descritivo-exploratório e teve como cenário a Central de Abastecimento Edmundo Flores, na cidade de Vitória da Conquista. A pesquisa revelou que essas mulheres veem no trabalho informal a possibilidade de inserção no meio público e econômico, embora vivenciem dificuldades e preconceitos em seu cotidiano laboral.

1. Introdução

A pretensão de discutir ou estudar a igualdade de gênero é sempre remetida a um olhar para o mundo feminino, tendo em vista o processo de inferiorização o qual as mulheres foram subjugadas durante séculos e ainda é na atualidade. A mulher sempre teve a sua capacidade, em desempenhar determinadas funções e ocupar determinados espaços, testada e, em muitas vezes, colocada em dúvida. Em outras palavras, a mulher restringia-se às atividades reprodutivas na esfera privado e o homem às produtivas no espaço público. Ao que parece, este processo foi construído histórica e culturalmente pelas sociedades e a implantação destas culturas não se deu exclusivamente devido a pensamentos androcêntricos. As mulheres, de forma consciente ou não, em muitos casos, foram e são cúmplices destas ideologias discriminatórias. Além disso, o discurso médico de séculos passados considerava a mulher um ser frágil.

Pesquisas voltadas para medicina e a biologia comprovavam a existência de duas espécies com qualidades e aptidões particulares: “aos homens o cérebro, a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão; às mulheres, o coração, a sensibilidade, os sentimentos” (PERROT, 1988, p177). Para algumas sociedades, a mulher era considerada um ser frágil e, em alguns casos, de segunda categoria e incapaz de desempenhar determinadas funções e tarefas.

No entanto, as estatísticas denunciam que mulheres passam a assumir novos papéis opondo-se ao que foi e ainda é imposto a elas e passam a ocupar espaços antes descritos como próprios do universo masculino. Dados do IBGE demonstram que o número de mulheres ocupadas aumentou significativamente entre 1999 e 2009, 40,3 % e 46,8%, respectivamente. Porém estes percentuais são inferiores ao de homens ocupados, que em 2009 correspondeu a 67,8% da população ativa, mesmo as mulheres sendo maioria na população em idade ativa (51,3%). Dados do Anuário das Mulheres Empreendedoras e Trabalhadoras em Micro e Pequenas empresas mostram que de 2001 até 2011 o número de empreendedoras cresceu 21,4%. Neves (2013) sustenta que as representações de gênero são construídas social e culturalmente, e influenciam a entrada de homens e mulheres no mundo do trabalho e se constroem como fator fundamental da segmentação ocupacional e da divisão sexual do trabalho.

A inserção da mulher no mercado de trabalho ainda a remete a desafios e conflitos relacionados a preconceitos, acúmulo de atividades assim como a própria autossuperação feminina quanto a sua capacidade de desempenhar, assim como os homens, atividades vistas como exclusivamente masculinas. A articulação entre trabalho profissional e trabalho familiar e doméstico (dupla jornada de trabalho feminina) requer uma reformulação do uso de tempos e espaços, pois as mulheres vivem mais intensamente a tensão da pluralidade dos tempos (NEVES, 2013), o que faz com que, muitas vezes, busquem exercer atividades produtivas que permitam a flexibilidade dos tempos e que as unam em espaços como forma de reduzir preconceitos e conflitos, que mesmo assim existem. Isto é o que acontece com muitas mulheres que montam suas empresas com a intenção também de trazer os filhos para dentro da organização e também aquelas que atuam como feirantes, pois o espaço da feira é um espaço público que tolera a presença infantil, muito embora institucionalmente as crianças devam estar na escola ou em casa, verifica-se uma quantidade expressiva de crianças, se não ajudando aos pais, pelo menos os acompanhando no cotidiano laboral, no mínimo, no turno oposto ao da escola. Ademais, como feirante e donas de seu próprio empreendimento, estas mulheres possuem a flexibilidade da abertura e encerramento das atividades que um trabalho formal não proporciona.

Diante do exposto, este trabalho objetivou estudar as relações de gênero vivenciadas por mulheres feirantes, no contexto de suas vidas profissionais e pessoais, que atuam na Central de Abastecimento Edivaldo Flores, em Vitória da Conquista, Bahia.

2. Relações de gênero no trabalho: uma breve discussão

Dada à importância do estudo das questões de gênero, a compreensão dessa temática na contemporaneidade perpassa, contudo, pela compreensão das demandas históricas às quais homens e mulheres estão sujeitos. O foco das discussões quando se refere a tais questões passa, dessa forma, pelo debate a respeito da condição subalterna vivenciada pela mulher ao longo dos tempos, uma vez que, segundo Fontenele-Mourão (2006), a própria história revela que, de um modo geral, as mulheres estiveram amiúde excluídas do espaço público.

Não obstante ao fato de homens e mulheres apresentarem suas especificidades do ponto de vista fisiológico, as diferenças entre homens e mulheres não podem ser creditadas de forma simplista unicamente a fatores orgânicos e genéticos. Na verdade, essas diferenças são, antes de tudo, forjadas nas relações que se travam no dia a dia, isto é, elas se manifestam em virtude de homens e mulheres viverem experiências e processos de socialização diferenciados ou de serem condicionados ou persuadidos a agir de maneiras diferentes.

De acordo com Alves (2013), a idealização de um modelo ideal de família no qual reafirmava-se o espaço privado, doméstico, como natural às mulheres, delimitado pelas demandas da maternidade e efetivação das capacidades de trabalho femininas, atrelado a um discurso médico que buscava nas diferenças biológicas evidenciar que a mulher era mais frágil e inferior em relação ao homem, contribuiu para a construção social do feminino e masculino e do que é própria para cada um dos gêneros na sociedade. A fragilidade então propagada pela sociedade como própria da mulher é reafirmada pela submissão do feminino ao masculino. A submissão, na maioria das vezes, faz com que muitas mulheres também acreditem neste discurso da fragilidade. Fatores culturais contribuem, de forma muito significativa, para propagar e reforçar a crença de que o homem é superior à mulher. Esta visão foi construída socialmente e não faz parte exatamente da “essência” feminina ou masculina como muitos levam a crer, inclusive muitas mulheres. Tomando como base as atribuições de papéis, Hirata e Kergoat (2007, p. 599) discutem a problemática da divisão sexual do trabalho:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado.

Ainda segundo Hirata e Kergoat (2007), existem dois princípios organizadores para a divisão sexual do trabalho, o princípio da separação, no qual existe a separação de trabalho de homem e trabalho de mulher e o princípio da hierarquização, no qual o trabalho desempenhado por um homem vale mais que o trabalho desempenhado por uma mulher. Para os autores, tais princípios são aplicados a qualquer sociedade.

Ademais, o universo feminino, no que diz respeito ao trabalho e a família, atualmente, tem se deparado com os mais diversos desafios trazidos pela modernidade. Segundo Alves (2002), Cappelle (2007), Brasil (2007) e Gomes, Lima e Cappelle (2012), as mulheres estão abrindo caminhos, conquistando novos espaços e a sua participação no mercado de trabalho está gerando inúmeras dúvidas quanto aos seus novos papéis. Segundo Pinheiro et al. (2008), o rendimento médio da ocupação no mercado de trabalho revelou as desigualdades de gênero em decorrência das diferenças educacionais, da segregação das mulheres em postos de

trabalho menos qualificados e que possuem menores rendimentos do que os homens. Para Alves (2013), os baixos salários recebidos pelas mulheres tem explicação nas interpretações históricas, pois os ganhos recebidos pelos homens seriam calculados de modo a garantir a sua sobrevivência e a reprodução da família e os salários das mulheres seriam definidos como ganhos adicionais ao salário do homem, que seria satisfatório para o seu próprio sustento e o da família

Segundo Freyre (1992), o patriarcalismo exerceu uma influência decisiva na formação da sociedade brasileira. Esta influência se estendeu aos domínios da economia, da política e da moral. A sociedade patriarcal pode ser considerada o principal fundador e mantenedor dessas desigualdades, uma vez que sempre formalizou as diferenças entre homens e mulheres, deixando sempre muito claro o papel do homem e da mulher na sociedade, considerando esta última como o ser mais frágil. A submissão e a violência vivenciada por muitas mulheres também podem ser atribuídas à cultura e às instituições patriarcais. Ademais, na visão de Cavedon *et al.* (2005, p.4),

a mulher ainda tem gravado em seu inconsciente o papel que lhe foi atribuído por décadas e sente-se culpada se não consegue equilibrar os seus papéis de mulher, mãe e profissional. A independência no âmbito do simbólico ainda não ocorreu. O esgotamento físico e mental resultante de uma sobrecarga em face de uma dupla ou tripla jornada de trabalho é uma realidade que merece maior atenção.

Embora tenha ocorrido uma mudança de pensamento e atitude com relação aos papéis atribuídos a homens e mulheres, ainda verifica-se a desvalorização do trabalho doméstico que, na maioria das vezes, é conferido às mulheres, o que, inclusive, traz a ela uma sobrecarga de trabalho e a leva, por conseguinte, em muitos casos, a buscar no mercado de trabalho oportunidades que permitam maior flexibilização entre esses dois mundos (público e privado). De acordo com Gomes (2006) e Lavinias (2003), a abertura do próprio negócio, em muitos casos, decorre do imperativo de flexibilidade de horários. No entanto, “a divisão sexual do trabalho amolda as formas do trabalho e do emprego e, reciprocamente, que a flexibilização pode reforçar as formas mais estereotipadas das relações sociais de sexo” (HIRATRA; KERGOAT, 2007, p. 600).

Desde crianças, os meninos e meninas são moldados e formados para desempenharem papéis diferenciados. As brincadeiras revelam esta diferenciação. Para Alves e Soares (2001) e Moreno (2003), as brincadeiras dos meninos são espontaneamente agressivas e as das meninas pacíficas. Por um lado, meninas brincam de boneca, de casinha, de mães, por outro lado, os meninos têm toda a liberdade para correr, brincar de bola e de brincadeiras mais agressivas. Isto é visto pela sociedade como algo “natural”, ou melhor, que faz parte da natureza de cada um desses seres. Os jogos e brinquedos parecem ser uma forma inicial dos meninos e meninas internalizarem as relações sociais através do que lhes é ou não permitido (MADEIRA, 1997).

No entanto, nas últimas décadas, os indivíduos vêm quebrando paradigmas seculares e assim diminuindo as desigualdades impostas a homens e mulheres que eram consideradas como “naturais”. Não obstante a constatação de ações discriminatórias e de desigualdade em nossa sociedade, as mulheres passaram a ocupar espaços “próprios” dos homens, enquanto alguns homens passaram a “exercer” funções ditas como femininas. Com tal troca, ou melhor, flexibilidade no desempenho de determinados “papéis”, mulheres passaram a assumir o sustento da família, atividade antes reservada ao homem, enquanto alguns homens passaram a desenvolver atividades domésticas, historicamente determinadas como femininas. Isto demonstra que a segregação de gênero tem diminuído, mas ainda é bastante significativa nos dias atuais. Para Izquierdo (1994), a distinção de gênero e sexo se caracteriza como uma forma de compreensão das limitações geradas por características de cunho sexual e social e estereótipos por uma determinada sociedade.

Ademais, as lutas dos movimentos feministas contra a desigualdade de gênero, em busca da valorização da mulher como ser igualitário ao homem nos domínios políticos e sociais, são de grande importância para a autonomia feminina nos tempos atuais e, por conseguinte, para a redução de capítulos de submissão e violência contra a mulher. No entanto, para Schiebinger (2001), a romantização da feminilidade, ou seja, o feminismo de diferença, pouco contribui para a superação de estereótipos convencionados a homens e mulheres. Neste sentido, a independência, seja financeira, psicológica ou moral, é o principal fator que leva mulheres a buscarem mais espaço na sociedade, de forma a não mais aceitar o homem como ser superior ao qual ela deve submeter-se. O mercado de trabalho é um dos principais lugares onde esta situação mais se reflete e, por conseguinte, onde se é possível conhecer melhor este processo de modificação no modo de ver e viver a vida.

3. Procedimentos metodológicos

Para alcance do objetivo pré-estabelecido para o presente estudo, realizou-se uma pesquisa do tipo descritivo-exploratória. Segundo Gil (1996, p. 45), “a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”. Ela é descritiva porque visa descrever as características e as principais particularidades relativas às relações de gênero na população investigada e exploratória porque intenta investigar um tema ainda carente de estudo: relações de gênero no mundo do trabalho.

Além disso, para alcançar o objetivo proposto, além de um suporte teórico, também se recorreu à pesquisa empírica. Portanto, o caráter da presente pesquisa é teórico-empírico tendo em vista que não só utilizou de análise da literatura sobre o assunto, como também, buscou, em campo, relatos capazes de sustentar o desenvolvimento deste estudo

Como técnica de pesquisa optou-se por entrevista com um roteiro semiestruturado, visando dar voz aos sujeitos investigados. A partir do roteiro das entrevistas buscou-se traçar um perfil das entrevistadas, inferir sobre as dificuldades e satisfações em detrimento do trabalho como feirante e por fim identificar particularidades do cotidiano da população investigada.

A pesquisa de campo foi realizada no local de trabalho das feirantes. As entrevistas foram gravadas, posteriormente transcritas e, por fim, receberam tratamento qualitativo. Ao que parece, as metodologias qualitativas permitem que se desvendem a natureza das experiências vividas dos sujeitos e também o que está por detrás dos fenômenos que pouco se conhecem (ALENCAR, 1999). Ademais, segundo Alencar (1999), a abordagem qualitativa permite que se obtenha “detalhes intrincados” de um fenômeno que as metodologias quantitativas não proporcionam. Ou seja, as metodologias de natureza qualitativa admitem o estudo profundo e detalhado dos fenômenos sociais. Além disso, as entrevistas forneceram informações que possibilitaram obter uma visão mais ampliada dos negócios que lá existem.

Tendo em vista que sexta-feira e sábado são os dias da semana em que há uma grande concentração de consumidores, portanto, a prioridade das feirantes é atender aos clientes, optou-se por realizar as entrevistas de segunda a quarta-feira. Para preservar a identificação das entrevistadas, no presente estudo, foram dados nomes fictícios a elas.

Vale destacar que seis meses antes da realização da presente pesquisa, 116 (cento e dezesseis) mulheres feirantes que atuam na central de Abastecimento Edmundo Flores (popularmente conhecida de CEASA) responderam a um questionário estruturado que tinha como objetivo conhecer a realidade socioeconômica dessas mulheres. Os dados oriundos dessa primeira pesquisa receberam tratamento quantitativo e instigaram a equipe de pesquisadores a voltar a campo mais tarde para estudar mais pormenorizadamente algumas mulheres que revelaram dados, histórias e situações que, na visão dos pesquisadores,

mereciam ser estudadas, tendo em vista a importância da atualidade e complexidade do fenômeno. Salienta-se assim que os dados aqui apresentados independem da pesquisa anterior. Com isso, adotando o critério de acessibilidade, dez mulheres participaram da presente pesquisa. De acordo com Vergara (2007, p.50) a “amostra é uma parte do universo (população) escolhida segundo algum critério de representatividade.”

Quanto às limitações a qual este estudo pode sofrer, é que por empregar uma análise qualitativa, não haverá a possibilidade de serem realizadas generalizações estatísticas dos resultados, podendo-se atribuir esta como uma das limitações do método empregado. Além disso, é importante ressaltar que outra restrição a qual este estudo pode ser vítima diz respeito, principalmente, ao jogo de ocultação daquilo que se pensa, se sente e se faz em relação às indagações que foram feitas às mulheres. Muitas vezes, o que as respondentes revelam através da entrevista é o que elas gostariam ou pensam que são e não realmente o que são e fazem.

4. Contextualização do cenário de pesquisa

A característica marcante de uma feira livre é a reunião de pessoas em um determinado local para realizar vendas ou trocas de produtos. Na Idade Média, especialmente depois da revolução agrícola e com o aumento da população, as pessoas se aglomeravam nas frentes dos castelos para comercialização dos bens produzidos dentro dos feudos. No Brasil, a feira é encontrada desde o tempo da colônia e ficaram mais populares com a chegada da família real, em 1808, quando a Corte tomou algumas medidas que beneficiou a feira livre, como a abertura dos portos às nações amigas. A história das feiras livres é longa e marcada por diversas transformações. Em alguns momentos, inclusive, pensou-se que elas iriam desaparecer, mas apesar dos percalços ocorridos, a feira livre persistiu e resistiu a todas essas mudanças.

Especificamente, o objeto desta pesquisa está localizado no município de Vitória da Conquista. Este município está situado na Região Sudoeste do Estado da Bahia e Sul do Nordeste do Brasil, aproximadamente a 100 km da divisa Bahia-Minas. Vitória da Conquista está a 509 km de distância da capital baiana. Não obstante a liderança da Região Metropolitana de Salvador nos indicadores baianos, principalmente nos econômicos, o município é considerado um portador de potencialidades e de perspectivas promissoras. Vitória da Conquista possui uma dinâmica social e econômica fundamentada em bens e serviços essenciais que atendem e destinam-se a sua área de influência. No entanto, a economia conquistense desenvolveu-se, até os anos 1950, baseada na atividade pecuária, com a criação extensiva de bovinos para a produção de carne. O município assumiu uma posição central na Região, principalmente, a partir da construção da rodovia BR-116, no início dos anos 1960, quando se tornou um importante ponto de apoio para o transporte de carga e de passageiros (IBGE, 2009; VITÓRIA DA CONQUISTA, 2008). Como uma cidade de entroncamento, cruzada por rodovias importantes, se tornou estratégica à medida que integrou não só o Sudeste/Sul ao Nordeste do país como também a região cacaueteira ao sertão da Bahia, possibilitando o escoamento da produção e o incremento de seu comércio.

A Central de Abastecimento Edmundo Flores, também conhecida como Ceasa de Vitória da Conquista, foi construída numa área antes denominada “Mamoneiras” (próximo à “Baixa da Égua” - uma ladeira que permitia o acesso à Praça Hercílio Lima, entre o Centro e o bairro São Vicente). A Central de Abastecimento foi construída com recursos municipais e através de empréstimo financeiro realizado junto a uma instituição bancária. Inaugurada em 1986, ao longo dos anos, transformou-se numa grande Feira Popular. Idealizada como central de abastecimento para comércio atacadista, caracteriza-se, hoje, principalmente, pela venda direta ao mercado consumidor.



Figura 3. Feirantes em atividade

Fonte: Pesquisa de campo.

Este importante equipamento urbano conta com cinco pavilhões cobertos, intercalado por quatro rampas e abriga desde comerciantes de hortifrutigranjeiros, passando por confecções e utilidades domésticas, até movelaria e açougues. Boa parte da cultura do conquistense (natural de Vitória da Conquista) é percebida através dos produtos comercializados na Central de Abastecimento Edmundo Flores. Nas duas últimas gestões municipais, tem sido modernizado todo o seu entorno, construído novos sanitários públicos e regularizado o pavilhão da Feira de Carnes. Além da área comercial, há ainda um prédio administrativo que abriga a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e a Secretaria Municipal de Serviços Públicos. Ademais, o espaço físico da Central de Abastecimento além de possuir água, esgotamento sanitário, luz e pavimentação asfáltica também disponibiliza serviço de telefonia fixa. Segundo cadastro de feirantes disponibilizado pela Secretaria de Serviços Públicos através da Gerência de Serviços Básicos, na área, estão organizados cerca de 1.032 comerciantes.

5. Resultados e discussões

Os resultados aqui apresentados expõem alguns tópicos abordados nas entrevistas. Sendo assim, os primeiros questionamentos tiveram caráter demográfico e buscaram identificar a faixa etária, o nível de escolaridade e o estado civil das entrevistadas.

Com relação a faixa etária das mulheres pesquisadas três delas têm entre 30 e 40 anos, seis entre 41 e 60 e apenas uma acima de 60 anos. Destas, duas são solteiras, quatro divorciadas e quatro são casadas. Quanto ao nível de escolaridade cinco possuem o segundo grau completo e a outra metade não concluiu o ensino fundamental, limitadas no máximo a quarta série do mesmo nível. Referente a quantidade de horas diárias destinadas ao trabalho como feirante, duas revelaram trabalhar nove horas, cinco dez horas e três acima de dez horas. Vale salientar que as feirantes não estão levando em consideração a quantidade de horas dispensadas ao trabalho doméstico, tendo em vista que apenas três, dentre as 10 entrevistas, possuem empregadas domésticas.

A feira livre demonstrou ser um espaço para inserção e manutenção no trabalho, fundamentalmente, de mulheres com baixo nível de escolaridade e até mesmo idades mais avançadas, características que fogem das requeridas pelo mercado formal e até mesmo informal em alguns segmentos empresariais. No entanto, estes espaços sem dúvida trouxeram

uma nova dinâmica a vida destas mulheres. Os relatos revelam que as mulheres entrevistadas, independente de classe social ou etnia, romperam com padrões ao saírem da esfera privada para a pública quando implantaram seu próprio negócio. Além disso, assumir e administrar um empreendimento, mesmo que de micro ou pequeno porte, revelou-se como uma ação capaz de proporcionar a essas mulheres uma sensação de autorrealização e conquista de autoestima, pois elas sentem-se livres, sobretudo, por se sustentarem com sua própria força de trabalho.

Os depoimentos ressaltam a importância de não depender da ajuda masculina. As mulheres casadas, inclusive, alegam que a condição de independência financeira através do seu trabalho, e de não depender exclusivamente do companheiro, contribuindo para o orçamento do lar, em alguns casos, impacta negativamente na relação do casal. Ao que parece, os dados reforçam que a independência financeira feminina é um fator fundamental para sua realização, tanto na vida profissional quanto na pessoal.

É bom trabalhar pela independência, ter seu dinheiro próprio. [...] me sinto bem em só de sair de casa e vim trabalhar, atender as pessoas, conversar, se fosse para ficar em casa seria ruim. (Flor-de-lótus)

A mulher quando trabalha tem mais disposição, se sente mais feliz, mais valorizada. (Lírio)

Eu trabalho para adquirir a minha independência. Quando você trabalha você é livre para fazer o que quer com seu dinheiro, você pode comprar e ter uma outra opção de vida. Quando você depende só do seu esposo e do trabalho doméstico você não tem uma vida normal, só vive em função de outra pessoa. Eu quero depender do meu trabalho, não de marido. Eu comprei móveis, maquiagem, perfume, todo com meu trabalho. (Girassol)

Por meio da análise das entrevistas realizadas com as feirantes, pode-se inferir que boa parte dos valores dessas mulheres é resultado de um processo de socialização vivenciado ao longo de suas vidas. Ademais, esses valores estão imbricados na problemática da divisão sexual do trabalho, que designou para o domínio dos homens à esfera produtiva e para as mulheres à esfera reprodutiva (ALVES, 2013; HIRARA, KERGOAT, 2007). Para tanto, discutir as implicações das relações de gênero na sociedade atual é de fundamental importância tendo em vista que, conforme explicita a Cartilha da Sempreviva Organização Feminista (SEMPREVIVA, 2005), é necessário compreender que homens e mulheres nascem iguais apenas com a diferenciação do sexo, mas que são ensinados a ser mulher e ser homem. Diante disso, algumas pessoas partilham da crença de que o fator fundamental para a conquista de espaço e oportunidades é ser homem. Com efeito, ainda predomina na sociedade um pensamento androcêntrico. O trecho selecionado abaixo de uma das entrevistadas confirma tal visão:

Eu queria ser homem, porque eu teria mais oportunidade, porque tem um monte de coisa que o homem faz e a mulher não faz. Essa barraca mesmo, eu não tenho dinheiro para consertar. Se eu fosse um homem eu mesmo consertava. Minha casa está toda estiorada¹. Se eu fosse homem não estaria mais assim. Eu... até para trocar uma lâmpada, desligo o contador. Eu acho que tem serviço para homem e para mulher. (Rosa)

Ademais, esta declaração traz à tona a discussão sobre os estereótipos de gênero. Não só homens, mas também mulheres internalizaram tais estereótipos a ponto de crerem que existem funções exclusivas para homens e para mulheres. A partir destes estereótipos é que surge a ideia de que o trabalho doméstico é serviço exclusivo para as mulheres, visto como obrigação. Esta divisão caracteriza de forma sutil a divisão sexual do trabalho, omitindo a dupla jornada

de trabalho que sobrecarrega muitas mulheres que ficam divididas entre o trabalho fora e o trabalho doméstico. Segundo Hirata e Kergoat (2003), a divisão sexual do trabalho é o suporte empírico que permite a medição entre relações sociais e práticas sociais e a elaboração de hipóteses de médio alcance, pregando as regras da cultura patriarcal disseminada pela cultura dominante. Dentre as entrevistadas foi possível observar que algumas estão mudando o pensamento a respeito desta cultura de sujeição e reafirmando novos valores, como pode ser observado nas declarações abaixo:

A mulher é capaz. Ela está conquistando seu espaço. A mulher não precisa trabalhar mais do que o homem para demonstrar ser capaz. Na realidade, a mulher trabalha muito mais do que o homem, por que trabalha fora, cuida da casa e dos filhos. Mulher hoje só esquentando barriga em beira de fogão[...] já era. Isso acabou! A mulher está a cada dia que passa se inovando mais. (Margarida).

Eu gosto de trabalhar e a mulher sempre trabalhou mais que o homem porque a mulher trabalha fora de casa e dentro de casa trabalha também. Então a mulher trabalha duas vezes. O homem chega em casa e senta no sofá e quer tudo nas mãos (Jasmim).

A mulher trabalha muito mais do que o homem. Eu mesmo trabalho aqui na feira pela manhã. À tarde lavo roupa na casa de uma mulher e à noite cuido da casa e dos filhos (Rosa).

A mulher que trabalha, ela conquista seu espaço, sua independência para conquistar espaço na sociedade em que vivemos. A mulher trabalha mais do que o homem, porque ela trabalha fora, trabalha em casa ... marido e ainda tem o cuidado com os filhos e principalmente com a educação deles e ainda tem o cuidado pessoal para ficar linda assim. A mulher tem que se valorizar. (Girassol)

Além disso, o processo de naturalização caracteriza a divisão sexual do trabalho, visto que “o que é percebido como ‘natural’ por uma sociedade, o é unicamente porque a codificação social é tão forte, tão interiorizada pelos atores que ela se torna invisível: o cultural torna-se a evidência, o cultural se transmuta em natural” (HIRATA, 1989, p. 11). Assim, para que haja um distanciamento do que é natural e cultural, é necessário que homens e mulheres sejam vistos de forma igualitária na sociedade, tendo em vista que estes são capazes de desempenhar qualquer tipo de atividade, apenas podendo ser distinguidos por diferenças biológicas (ALVES, 2013).

A opção de trabalhar por conta própria e, sobretudo, a satisfação por desempenhar tal atividade parece ser explicada pelo fato de este tipo de trabalho proporcionar não só um rendimento que complementa o orçamento familiar, com certa flexibilidade nos horários que a condição de empregada não permitiria, como também a possibilidade de atuar tanto no trabalho remunerado quanto no trabalho doméstico. Para Castells (1999, p. 208), “a flexibilidade com relação ao emprego ajusta-se também às estratégias de sobrevivência para que [as mulheres] possam dar conta desses dois mundos”. Os trechos selecionados abaixo e extraído de algumas entrevistas, confirma tal percepção:

Eu trabalhava com confecções por causa da flexibilidade do horário. Quando a gente tem criança pequena é difícil ter horário fixo. Eu decidi trabalhar como autônoma por isso. Eu cuidava da casa, dos meus filhos e ainda vendia minhas coisas (Girassol).

Quando decidi mesmo ir para a feira foi quando minha filha ficou internada seis dias. Só que eu só fiquei dois dias e meio fora do trabalho. Quando eu fui falar para a patroa, esta disse que eu estava trabalhando na feira. Eu não iria mentir com a saúde da minha filha. Foi aí que decidi sair do trabalho e comprei um ponto na feira. No início, o movimento era mais fraco, depois eu comprei outro melhor e hoje estou muito bem. A flexibilidade do meu trabalho é excelente. Todas as férias da minha

filha nós viajamos. Se eu ou ela precisamos fazer um exame: eu fecho a barraca ou deixo mainha [expressão regional para se referir a mãe] lá. Eu tenho mais tempo para mim e para minha filha. Eu estou satisfeita demais. Sou independente, sou minha patroa, é bom demais (Margarida).

Os depoimentos indicam que a satisfação das mulheres entrevistadas se dá pelo fato de elas serem suas próprias chefes, adaptando seus horários às necessidades familiares, ausentando do trabalho quando necessário sem grandes problemas, ou seja, elas têm condições de serem protagonistas de sua própria história. Com isso, o trabalho na feira torna-se uma boa opção para essas mulheres que precisam executar as atividades oriundas do lar e o trabalho fora. A condição de empregada, mesmo com carteira assinada, dificultaria tal atuação. Por outro lado, a problemática entre vida profissional e vida pessoal traz a tona discussão tratada por Hiratra e Kergoat (2007). As pesquisadoras revelam que há sobre as mulheres uma sobrecarga de atribuições, não obstante os avanços em termos de igualdade, mas ainda recai sobre as mulheres a responsabilidade da atuação em dois mundos. Fato que também foi observado no estudo de Neves (2013): as mulheres vivem mais intensamente a tensão da pluralidade dos tempos.

O poder conferido ao homem, ao longo da história, para exercer o papel principal como provedor do lar vem passando por transformações. Essa visão vem sendo desconstruída a partir do momento em que a mulher sai da esfera privada para a pública conquistando a sua independência financeira e passam a assumir a chefia da família. Muitas mulheres são chefes de família, chamadas de “o homem da casa”, pois exercem as funções ditas como próprias da “mulher” e trabalham fora para sustentar a si próprias e aos filhos, o que antes era “papel” do homem. Dados obtidos a partir do IBGE, através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), explicam que, no período de 2002 a 2012, o número de famílias chefiadas por mulheres no Brasil aumentou consideravelmente de 27% para 37%, o que representa mais de 22 milhões de famílias sob a responsabilidade de uma mulher. Essa constatação só foi possível porque o IBGE, desde alguns PNADs anteriores, mudou a perspectiva de gênero com a transferência da responsabilidade ao respondente de nomear a pessoa responsável pela família, desconstruindo a ideia de chefia atribuída ao homem, substituindo “chefe do domicílio” para “pessoa de referência”. Esta decisão revela o quanto se faz necessária a quebra dos estereótipos atribuídos a homens e mulheres: não é que antes de 2009 poucas mulheres eram responsáveis pelo sustento do lar, mas uma simples troca de termo possibilitou a obtenção de dados tão relevantes. Nos trechos abaixo podemos observar relatos de mulheres responsáveis pelo sustento da família:

Eu que crio meus netos. Eu que cuido sozinha. Eu que sustento de tudo. O pai não dá nada. Meus filhos também ... o pai nunca deu nada, nunca dependi de marido para me dar nem uma tala de fósforo. Deus sempre me deu força (Tulipa).

O apoio que tive para criar meus filhos foi da minha mãe porque ela é aposentada. Ela me ajudou muito, mas eu sempre me virei, criei meus filhos com o trabalho na feira (Jasmim).

A busca pela autonomia feminina só faz crescer o número de mulheres chefes de família. Muitas são responsáveis por filhos e netos e não recebem o apoio dos pais das crianças. Estas mulheres fazem de sua força de trabalho a fonte para alimentá-los e educá-los. Além disso, a mulher se sente valorizada quando trabalha fora da esfera doméstica. Entre as entrevistadas, perceberam-se as dificuldades, mas também a satisfação que sentem essas mulheres que trabalham na Ceasa por serem donas de seus empreendimentos e por conseguirem, com o suor de seu trabalho, sustentarem a casa, na maioria dos casos, sozinhas.

Em sociedades patriarcais, há dominação do homem sobre a mulher. Desde crianças aprende-se que a mulher deve ser submissa ao homem, e que este é o seu dono, seja ele pai, irmão ou esposo. O Brasil é herdeiro de uma cultura onde o patriarcado ainda tem voz e poder de dominação. Um dos resultados desta cultura é a violência contra a mulher. Essa herança exerce poderosa influência nas mulheres brasileiras que permanecem distantes do ideal de cidadania, apesar das importantes conquistas garantidas, principalmente com a Constituição de 1988. O homem ainda se acha no direito de escolher a roupa que a mulher deve vestir, dá ordens e, em alguns casos, faz dela sua prisioneira. Segundo Saffioti (1999, p. 84), “paira sobre a cabeça de todas as mulheres a ameaça de agressões masculinas, funcionando isto como mecanismo de sujeição aos homens, inscrito nas relações de gênero”. As marcas da herança patriarcal ainda assombram a sociedade brasileira, as mulheres crescem sabendo que tinham “donos”, quando moças pertenciam aos pais e quando casadas eram propriedade do marido, não podiam decidir sobre suas vidas e até o marido era de escolha do pai, eram vítimas de agressões e muitas acreditavam que era direito dos homens agredi-las.

A busca pelo reconhecimento da igualdade entre homens e mulheres e as conquistas da autonomia feminina perante os homens são imprescindíveis na luta contra a violência sexista. Segundo Cunha (2007), a violência intrafamiliar é uma das formas mais comuns de manifestação da violência e, no entanto, uma das mais invisíveis, pois é um tipo de violência que ocorre no âmbito das relações de intimidade do lar. Muitas mulheres ficam presas aos seus parceiros agressivos por diversas razões, tais como a dependência afetiva e/ou financeira. Quando há filhos ainda é mais difícil, pois muitas destas mulheres não têm para onde ir, nem como se sustentarem. Daí a independência financeira ser um dos primeiros passos para a autonomia feminina. O depoimento de uma das entrevistadas confirma tal tese: “Taí a importância de a mulher ser independente, porque muitas mulheres sofrem nas mãos de seus companheiros violentos, mas são dependentes destes, e quando têm filhos é pior. Se eu não fosse independente ainda estaria com ele” (Orquídea).

Pesquisas divulgam números alarmantes a respeito da violência contra as mulheres (BRASIL, 2007; CUNHA, 2007; SEMPREVIVA, 2005). Uma pesquisa realizada em fevereiro de 2007, pelo Data-Senado, mostra que a cada 100 mulheres, 15 (cerca de 2 milhões) estavam em situação de violência ou já haviam sofrido algum tipo de violência doméstica/familiar (BRASIL, 2007). A pesquisa ainda indica os maridos e companheiros como os principais agressores. A mesma pesquisa realizada em fevereiro de 2011 constatou dados ainda mais graves. Para as mulheres, a família é um dos principais locais onde elas são desrespeitadas. Pelo menos 18 de cada 100 mulheres já haviam sofrido algum tipo de violência doméstica realizada por homens e 20 a cada 100 haviam sofrido algum tipo de violência, o que mais uma vez coloca o companheiro ou esposo como principal agressor (BRASIL, 2011). As estatísticas denunciam, portanto, que no decorrer dos anos, tem ocorrido uma significativa elevação na taxa de violência contra a mulher, embora também tenha ocorrido uma maior aplicação da legislação que protege a mulher e também uma elevação no nível de conhecimento das mulheres acerca desta legislação. Segundo dados obtidos junto a Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM) de Vitória da Conquista, Bahia, é crescente o número de inquéritos policiais registrados após a Lei Maria da Penha nº 11.340, sancionada em 2006 (conforme pode ser observado na Figura 1). A partir da análise dos dados da Figura 1 é possível perceber que as mulheres, quando amparadas pela lei, sentem-se mais seguras para denunciar as agressões sofridas. Não que a violência propriamente dita tenha se elevado, mas ela tem sido mais noticiada e denunciada na atualidade. A criação da Lei Maria da Penha é de grande importância para a segregação do gênero, uma vez que a própria Legislação reconhece que não cabe ao homem o direito sobre a mulher e o fato de esta ser sua companheira não lhe dá o direito de agredi-la.

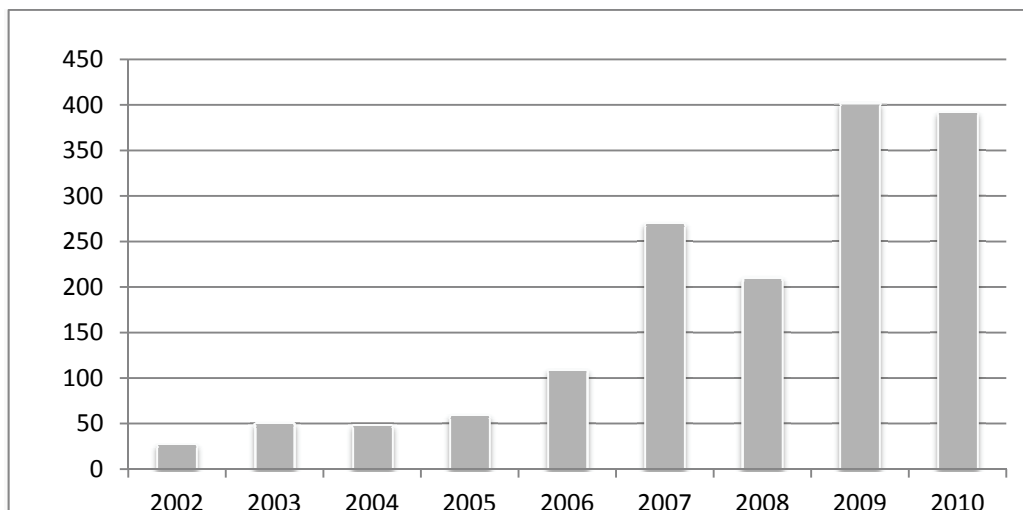


Figura 1: Número de inquéritos policiais registrados de violência contra a mulher na DEAM/VC.

Fonte: Delegacia Especial de Atendimento à Mulher, Vitória da Conquista, Bahia (VITÓRIA DA CONQUISTA, 2011).

Abaixo seguem trechos que foram extraídos de entrevistas que retratam a situação de mulheres que sofreram violências em seus lares e no ambiente de trabalho. O primeiro trecho é o retrato explícito de violência contra a mulher, a família e a vida. O segundo trecho trata da importância de uma legislação que proteja a mulher contra a violência e o terceiro mostra como a violência no ambiente de trabalho afeta o cotidiano da feirante.

A violência que eu sofri foi pelo meu marido. Eu chegava em casa vindo do trabalho, ele me ameaçava com faca, me batia, era traiçoeiro, quebrava minha cabeça com pau, me dava tapa sem eu esperar. Quando eu estava dormindo, colocava fogo na cama, cortava a mangueira do fogão, colocava fio descascado na fechadura da porta para que eu levasse um choque. Ele me xingava muito, falava coisas desnecessárias, falava que eu não estava trabalhando, que eu estava me prostituindo. Os homens que ia passando na rua ele mandava entrar em casa e falava que eu os aceitava a qualquer preço. Eu me sentia envergonhada. [...] Ele trancava a porta da casa, não me deixava entrar, já cansei de dormir no quintal. Às vezes, saía corrida para a casa da minha mãe. Ele me batia na frente das crianças. Eu chorava escondido. Eu tinha vergonha dos meus filhos, eles eram muito pequenos, não podiam fazer nada. Às vezes, eles me viam chorando, eu falava que tinha caído um cisco no meu olho, que não era nada, para eles não crescerem revoltados. [...] Ele matou minha filha de 17 anos. Ela morreu grávida de 3 meses, deixou dois filhos, um de quase 2 anos e outro de 9 meses. Ele mandou todo mundo sair de casa, eu estava na cozinha fazendo uma farofa para ela, ele atirou dentro da boca dela [...] ela não resistiu (Tulipa).

Meu ex-companheiro bebia, ficava agressivo. Eu dei queixa na DEAM e o coloquei para correr da minha casa. A denúncia resolveu porque ele ficou mais intimidado. Veio um oficial de justiça aqui conversou com ele, me deu uma cartilha com a lei Maria da Penha, falou que ele tinha que manter uma distância mínima de 100 metros, mas ele não cumpriu a lei a princípio, mas depois sumiu (Orquídea).

A pressão aqui no ambiente de trabalho ... aqui no meu trabalho eu sofro de agressão verbal e psicológica. Eu não sei se é por inveja, usura [...] o problema que é na barraca da frente, é muita inveja, a intenção deles não é vender e ganhar o dinheiro, a intenção é me prejudicar. Eu queria trabalhar com companheirismo, mas não tem. Eles querem me derrubar, já discutimos e fui ameaçada, é terrível (Crisântemo)

Para entender a violência doméstica como uma questão cultural, é necessária compreender como se dá as relações de gênero na sociedade contemporânea. Somos “atores” em uma sociedade que sofrera uma divisão de papéis, ou seja, homens e mulheres desempenham papéis diferentes, pré-definidos antes mesmo do nascimento quando se descobre o sexo do bebê. Inconscientes, somos moldados e moldamos vidas. Embora as discussões a respeito da igualdade de gênero vêm ganhando cada vez mais espaço e atenção das autoridades, ainda há muito que ser feito para uma verdadeira tomada de consciência da sociedade, pois questões culturais nos limitam. Segundo Moreno (2003), a conscientização sobre o sexismo tem que começar na escola, pois esta é uma das primeiras instituições que apresentam fundamentos científicos que discriminam as mulheres e as colocam numa condição de cúmplices e transmissoras do androcentrismo. Como afirma Alves e Soares (2001, p. 121), é na vivência do dia a dia que meninos e meninas aprendem e internalizam seu gênero, ou seja, esta internalização se dá de acordo com a “sociedade” em que os sujeitos estão inseridos e é, neste contexto, que aprendem a ser homens e mulheres.

6. Considerações finais

Os resultados coletados da pesquisa empírica permitiram constatar que o mercado de trabalho para as entrevistadas foi encarado como forma de garantir uma participação no orçamento familiar. Em alguns casos, as mulheres não só complementam a renda, mas são as únicas provedoras do lar. Dessa forma, consciente ou inconscientemente, essas mulheres adquiriram independência e, em alguns casos, conseguiram livrar-se de situações de violência ou submissão.

A presente análise revelou que, embora muitos paradigmas tenham sido rompidos a respeito da condição subalterna feminina na sociedade, ainda está longe de se falar em uma sociedade igualitária. Este estado desejável, mas não utópico, depende de um processo de desconstrução daquilo que foi histórica e culturalmente determinado a homens e mulheres de forma a fugir de visões essencialistas.

Apesar de as mulheres verem no fator econômico uma alternativa para a igualdade entre homens e mulheres, isoladamente, a independência financeira não garante esta igualdade. Ademais, pode estar sendo dado o primeiro passo para a promoção de mudanças mais sólidas na direção de uma sociedade mais igualitária. No entanto, a dicotomia entre trabalho doméstico e trabalho profissional, está longe de ser superada, visto que o trabalho como feirante foi observado com uma alternativa para transitar entre esses dois mundos. Além disso, as feirantes têm consciência da sobrecarga de trabalho que recai sobre elas, mas mantêm a cargo delas tais responsabilidades, ou mesmo a cargo de outras mulheres. Sendo assim, as alternativas buscadas para atuar em esferas de trabalho distintas em nada contribui para sanar a problemática da divisão social do trabalho.

A presente pesquisa revelou-se como uma oportunidade valiosa de se conhecer um pouco mais a realidade de mulheres feirantes que atuam na Central de Abastecimento Edmundo Flores em Vitória da Conquista, Bahia. No entanto, há muito a ser explorado sobre o assunto. Deste modo, fica aqui a esperança de que esta pesquisa tenha contribuído para gerar e provocar questionamentos que direcionem a exercícios contínuos de diálogos e reflexões sobre a busca de igualdade entre os gêneros no mundo do trabalho.

Referências

ALENCAR, E. **Introdução à metodologia de pesquisa social**. Lavras: UFLA, 1999.

ALVES, A. E. S. Divisão sexual do trabalho: a separação da produção do espaço reprodutivo da família. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 271-289, 2013.

ALVES, A. Divisão sexual do trabalho: a separação da produção do espaço reprodutivo da família. **Trab. educ. saúde [online]**, v.11, n.2, p. 271-289, 2013.

ALVES, F. E.; SOARES, V. da S. Meninos e meninas: universos diferenciados na família e na escola. In: FAGUNDES, T. C. P. C. (Org.). **Ensaios sobre gênero e educação**. Salvador: UFBA, 2001.

ALVES, S. Q. C. **A mulher no contexto trabalho/família**: jornada dupla ou desafio? 2002. 48 f. Monografia (Graduação em Psicologia) – Curso de Psicologia, Universidade Potiguar, Natal.

ANDRADE, F. J. R. **O empoderamento da mulher**: Um estudo empírico da feira do produtor de Toledo/PR. 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo-PR.

BRASIL. Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública do Senado Federal. **Pesquisa de opinião pública nacional violência doméstica contra a mulher**. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/Relat%C3%B3rio%20anal%C3%ADtico%20Viol%C3%Aancia%20Dom%C3%A9stica.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2011.

_____. Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública do Senado Federal. **Violência doméstica e familiar contra a mulher**. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/DataSenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Violencia_domestica_e_familiar_contra_a_mulher-2011-website.pdf>. Acesso em: 20 set. 2011.

BRASIL, W. **Mulheres, desenvolvimento local e sucesso**: as feirantes em Belém (PA) e as políticas públicas de geração de renda. 2007. 116 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará, Belém.

CAPPELLE, M. C. A.; BRITO, M. J ; MELO, M. C. O. L.; VASCONCELOS, K. A. A produção científica sobre gênero nas organizações: uma meta-análise. **REAd**, Porto Alegre, v. 13, n. 3, set./dez. 2007.

CASTELLS, M. O fim do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação. In: _____. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAVEDON, R. N; GIORDANI, G. C; CRAIDE, A. Mulheres trabalhando e administrando espaços de identidade masculina In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 29, 2005, Brasília/DF. **Anais...** Brasília/DF: ANPAD, 2005.

CUNHA, Tânia Rocha Andrade. **O preço do silêncio**: Mulheres ricas também sofrem violência. Vitória da Conquista: UESB, 2007. 260p.

FONTENELE-MOURÃO, T. M. **Mulheres no topo da carreira**: flexibilidade e persistência. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006. 92 p.

FREYRE, G. **Casa Grande e Senzala**. 29ª edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 1992.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 3 ed. Editora Atlas: Rio de Janeiro, 1996.

GOMES, F. A. **Mulheres Empreendedoras**. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2006.

GOMES, A. F.; LIMA, J. B.; CAPPELLE, M. C. A. Relações de Gênero e Empreendedorismo: um estudo multicasos na Bahia. In: ENCONTRO DE ESTUDOS EM EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS, 7., 2012, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ANEGEPE, 2012.

HIRATA, H. Divisão capitalista do trabalho. **Tempo Social - Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 73-103, dez. 1989.

HIRATA, H; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cad. Pesqui. [online]**, v.37, n.132, p. 595-609, 2007.

HIRATA, D. A divisão sexual do trabalho revisitada. In: HIRATA, Helena; MARUANI, Margareth (Orgs). **As novas fronteiras da desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo, Editora SENAC, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 2001**. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.ibge.ov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2001/>>. Acesso em: 05 jun. 2011.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 2002**. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/Pnad2002/>>. Acesso em: 05 jun. 2011

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 2003**. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2003/>>. Acesso em: 05 jun. 2011

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 2004**. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2004/>>. Acesso em: 05 jun. 2011

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 2005**. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2005/>>. Acesso em: 05 jun. 2011.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 2006**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/Pnad2006/>>. Acesso em: 05 jun. 2011

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 2007**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2007/>>. Acesso em: 05 jun. 2011

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 2008**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2008/>>. Acesso em: 05 jun. 2011

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 2009**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/>>. Acesso em: 05 jun. 2011

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 2012**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2012/>>. Acesso em: 23 abr. 2014

IZQUIERO, M.J. Uso y abuso del concepto de gênero. In: VILANOVA, M. (Org.). **Pensar las diferenciais**. Barcelona: Universitat de Barcelona, ICD, 1994.

LAVINAS, L. O gênero feminino e suas particularidades, **Revista SEBRAE On-line**. 8ª Ed., mar./abr. 2003. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br>>. Acesso em: 28 jun. 2011.

MADEIRA, F. R. A trajetória das meninas dos setores populares: escola, trabalho ou... reclusão. In: _____. **Quem mandou nascer mulher?** Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos/UNICEF, 1997.

MORENO, M. **Como se ensina a ser menina**: o sexismo na escola. São Paulo: Moderna, 2003.

NEVES, M. A. Anotações sobre trabalho e gênero. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, 2013, v.43, n.149, p.404-421.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 332p.

PINHEIRO, L.; FONTOURA, N. O.; QUERINO, A. C.; BONETTI, A.; ROSA, W. **Retrato das Desigualdades de gênero e raça**. 3ª ed. Brasília, Ipea: UNIFEM, 2008.

SCHIEBINGER, L. Introdução. In: _____. **O feminismo mudou a ciência?** Bauru: EDUSC, 2001. p. 19-49.

SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. **Mulheres em luta por uma vida sem violência**. São Paulo: SOF, 2005. Disponível em: <<http://www.sof.org.br/artigos/mulheres-em-luta-por-uma-vida-sem-viol%C3%Aancia>>. Acesso em: 15 set. 2013.

SAFFIOTI, H. I. B. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 13, n. 4, 1999.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

VITÓRIA DA CONQUISTA. **Estatísticas da Delegacia Especial de Atendimento a Mulher**. Vitória da Conquista: DEAM, 2011.

ⁱ Expressão regional para exprimir a ideia de danificado.